

Mídia x Islam: reflexões sobre os atores sociais envolvidos nas representações e estereótipos construídos sobre árabes e muçulmanos

Salua Omais¹

Manoel Antonio dos Santos²

Universidade de São Paulo

Resumo: O delineamento deste estudo tem por base uma revisão narrativa da literatura, cujo objetivo é investigar alguns dos efeitos das representações midiáticas negativas sobre árabes e muçulmanos e os atores sociais envolvidos nesses contextos. A literatura aponta diversos fatores que permeiam os bastidores das narrativas midiáticas, como tensões geopolíticas, influências socioculturais e interesses econômicos. Esses fatores, ao serem articulados por interesses geopolíticos, fomentam estigmatizações e distorções que moldam e cristalizam narrativas dominantes sobre os muçulmanos disseminadas no Ocidente.

Palavras-chave: Islam; mídia; muçulmanos; árabes; islamofobia

¹ Doutora em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP).

² Professor Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP).

Media vs. Islam: reflections on the social actors involved in the representations and stereotypes socially constructed about Arabs and Muslims

Abstract: The design of this study is based on a narrative review of the literature, the aim of which is to investigate some of the effects of negative media representations of Arabs and Muslims and the social actors involved in these contexts. The literature points to various interwoven factors present behind the scenes of media narratives, such as geopolitical tensions, socio-cultural influences and economic interests, which together foster stigmatisation and distortions about this population.

Keywords: Islam; media; muslims; arabs; islamophobia

Medios de comunicación vs. Islam: reflexiones sobre los actores sociales involucrados en las representaciones y estereotipos socialmente contruidos sobre árabes y musulmanes

Resumen: El diseño de este estudio se basa en una revisión narrativa de la literatura, cuyo objetivo es investigar algunos de los efectos de las representaciones mediáticas negativas de los árabes y musulmanes y los actores sociales involucrados en estos contextos. La literatura señala varios factores entrelazados presentes detrás de las narrativas mediáticas, como tensiones geopolíticas, influencias socioculturales e intereses económicos que, en conjunto, fomentan la estigmatización y las distorsiones sobre esta población.

Palabras clave: Islam; medios de comunicación; musulmanes; árabes; islamofobia

A compreensão de povos, culturas e religiões está intimamente relacionada à qualidade das informações e os vieses nas quais muitas delas são construídas. O poder e a amplitude de disseminação dos meios de comunicação em massa, e nos últimos anos, das mídias digitais, sobrepõem-se claramente às demais fontes de conhecimento, exercendo uma influência significativa no modo de pensar e interpretar certos acontecimentos e no modo de enxergar o outro. Apesar das vantagens tecnológicas, a sociedade enfrenta uma série de desafios para filtrar a qualidade das informações como as *fake news*, o discurso de ódio nas redes sociais, conteúdos parciais e enviesados e a própria manipulação midiática que se oculta nos bastidores dos diversos canais de comunicação. Assim, ao mesmo tempo que as mídias democratizam o acesso à informação, elas mesmas muitas vezes acabam quebrando essa possibilidade ao demonizar certos grupos sociais, fomentando o preconceito e a estereotipação.

A representação negativa contínua e sistemática sobre árabes e muçulmanos no Ocidente cria e solidifica estereótipos, a partir de conteúdos que distorcem o Islam e o modo de vida dos muçulmanos, fomentando preconceitos, ampliando os desafios enfrentados pelos adeptos do Islam em países não-islâmicos e o ajustamento ao contexto sociocultural no qual se inserem. Muitos interesses de grupos isolados se ocultam por trás das cortinas do trabalho midiático (OMAIS e SANTOS, 2024 e 2025).

Este estudo parte de uma revisão narrativa da literatura, que busca compreender como as representações midiáticas sobre árabes e muçulmanos atuam na produção de alteridades e na construção de categorias morais e culturais no contexto ocidental contemporâneo. Mais do que identificar distorções ou estigmas, a investigação se propõe a refletir sobre os processos socioculturais, políticos, econômicos que orientam a produção e a circulação dessas narrativas, bem como os modos pelos quais tais discursos midiáticos operam como dispositivos de poder e de mediação cultural na conformação do “outro” muçulmano.

Desse modo, o estudo busca tecer reflexões que permitam uma compreensão mais abrangente sobre o papel da mídia nesse processo, bem como os diversos atores e interesses que colaboraram para a construção dos estereótipos sobre o Islam e seus adeptos no Ocidente. Sendo assim, o objetivo deste estudo é investigar alguns dos efeitos das representações midiáticas negativas sobre árabes e muçulmanos e os atores sociais envolvidos nesses contextos.

Cultura e religião: fronteiras fluidas

O entrelaçamento de aspectos culturais e religiosos, transmitidos de geração para geração de forma mais ou menos coesa, e a dificuldade em distinguir as nuances entre comportamento cultural e religioso contribuem para confundir a imagem socialmente criada sobre o Islam e seus adeptos no mundo ocidental. A maior parte dos muçulmanos não é de origem árabe, assim como o mundo árabe não se resume aos muçulmanos (PINTO, 2011). No Brasil, há um número crescente e constante de muçulmanos, seja em virtude dos fluxos imigratórios ou em

decorrência das conversões de brasileiros à religião (Pinto, 2013; 2016). A identificação do povo muçulmano à cultura árabe, como comumente se faz, é uma informação que não procede, uma vez que os três países com maior número de adeptos ao Islam são, respectivamente, Indonésia, Paquistão e Índia, países asiáticos que não têm relação com a cultura árabe (MUSLIM POPULATION BY COUNTRY, 2023).

Marques (2015: 748) denomina de “diferenças fluidas entre religião e cultura” um movimento que, por vezes, se harmoniza e se adapta às leis religiosas, mas que outras vezes se opõe a elas. Devido a essas diferenças, muitos muçulmanos que residem em países ocidentais acabam vivendo um dilema entre permanecerem fiéis à sua identidade religiosa, suas raízes e matrizes culturais, ou assimilarem os costumes locais do contexto onde vivem, buscando integrar esses elementos de forma harmônica em sua vida cotidiana. Apesar disso, a possibilidade de se adaptar a outras culturas sem entrar em choque com as próprias crenças e convicções religiosas não é um empecilho no Islam, desde que não afete os pilares e preceitos básicos da fé. A autora afirma que, apesar de o Islam não ser uma religião étnica, à medida que tentam construir uma vida nova em outro país os muçulmanos acabam carregando em sua bagagem cultural não somente os conhecimentos religiosos do Islam, como também os traços étnicos da cultura a qual pertencem. Possivelmente, esse amálgama acaba sendo mais um fator que fomenta certa confusão, no imaginário coletivo da população que os recebe, entre comportamentos culturais e comportamentos religiosos.

A imagem do Islam na mídia

Para Said (1997), a associação do Islam com o fundamentalismo fomenta uma tendência reducionista que tende a confinar o Islam a estereótipos, construídos a partir das interpretações que são feitas em relação aos eventos provocados pelo comportamento radical de grupos minoritários. Essa visão distorcida e preconceituosa muitas vezes acaba prevalecendo, sendo difundida e perpetuada na sociedade ocidental.

O desconhecimento profundo sobre o tema também é outro elemento que acaba fortalecendo tais interpretações. Segundo Sonn (2006, p. 181), a “identificação inadequada dos fenômenos em estudo pode levar rapidamente a conclusões imprecisas”, e por essa razão, “um dos primeiros requisitos para o sucesso em qualquer investigação acadêmica é o uso de terminologia precisa”. Se tal premissa fosse respeitada, talvez não haveria tantos termos pejorativos sobre o Islam e os muçulmanos sendo utilizados de forma tão indiscriminada pela mídia. O termo fundamentalismo, por exemplo, compreendido como um fenômeno do Islam político por estudiosos da área, acabou sendo generalizado em narrativas midiáticas como comportamento “padrão” dos muçulmanos. O domínio geopolítico de países do Oriente Médio por potências ocidentais e a imposição de um sistema secular desestabilizou totalmente o contexto político e econômico da região, dentro de um processo histórico que parece fazer do colonialismo e do poscolonialismo uma extensão das cruzadas (SONN, 2006).

O termo “Islam Político” refere-se a um conjunto heterogêneo de movimentos, correntes de pensamento e práticas sociais que buscam articular os princípios do Islam como base normativa (*fiqh*) e ética para a organização política. Como observa Burgat (2003), trata-se de um fenômeno histórico e plural, que deve ser compreendido a partir dos contextos locais em que emerge, mais do que como uma ideologia única ou uniforme. O Islam Político expressa, em muitos casos, a

tentativa de reconstruir identidades coletivas e de resistir à hegemonia ocidental e aos modelos de modernidade secular impostos durante o período colonial.

Kepel (2004) e Sonn (2006) analisam essa trajetória como um movimento de recomposição social e religiosa, marcado por tensões entre adeptos de uma leitura literal das leis islâmicas e daqueles que buscam sua adaptação aos contextos modernos (*ijtihad*), adquirindo significados diversos nas sociedades muçulmanas contemporâneas, do ativismo político ao engajamento comunitário. Roy (1994), por sua vez, argumenta que o insucesso desse ativismo não se deve à inviabilidade do Islam como estrutura política, mas à diversidade das suas interpretações e à dificuldade de conciliar aspirações religiosas com as dinâmicas do Estado-nação moderno.

Said (1997) alerta também sobre a parcialidade com que muitos livros e estudos do tema abordam o mundo islâmico, representando-o somente por meio de conteúdos e imagens ligadas a famílias ou governos opressivos e autoritários, ou então atrelando o Islam a uma perspectiva retrógrada e imatura, a que supostamente estaria condenada a comunidade islâmica. Tais representações recorrentes na mídia acabam alimentando uma atitude de desconfiança em relação às reais intenções dos autores das narrativas preconceituosas, levando ao questionamento a respeito de pretensa neutralidade dos formadores de opinião.

Nota-se que essa mesma imagem do medo e do terror serve como pretexto para uma supostamente necessária defesa armada contra o “inimigo”. Tal atitude defensiva, paradoxalmente, também faz uso da violência que diz combater, justificando o emprego da força com o argumento de que é preciso garantir a “paz” e o “bem comum”. Tal representação salvacionista vem acompanhada da construção de preceitos morais (noções de certo e errado, bem e mal) e de ideais puristas e essencialistas acerca do que é bom ou ruim. Com isso, além de ocultar as verdadeiras razões econômicas e geopolíticas que dão origem às guerras e conflitos, os valores defendidos pelo imperialismo ocidental baseiam-se em uma visão única, cuja hegemonia direciona, regula e dissemina os padrões ideais de conduta:

Os Estados Unidos revidam, seguindo-se em todo o mundo muçulmano a resposta retumbante do apelo ao “Islam”, que por sua vez gerou uma avalanche de imagens, textos e posturas no “Ocidente”, ressaltando o valor de “nossa” herança judaico-cristã (ocidental, liberal e democrática) e a maldade, a crueldade, a destrutividade e imaturidade da herança deles (islâmica, do Terceiro Mundo, etc.). (SAID, 2011: 355)

Outro elemento que também contribui para o alastramento da perspectiva negativa sobre o Islam e os muçulmanos é o fenômeno da generalização. A construção de uma imagem negativa, com base em casos isolados, que é disseminada e confundida com as prescrições doutrinárias originais ou com o comportamento de outros adeptos, traduz grande parte da problemática enfrentada pelos muçulmanos atualmente (OMAIS e SANTOS, 2025). Quando homicídios, chacinas, massacres, atentados terroristas ou ainda situações de violência contra a mulher acontecem em países ocidentais, as razões associadas a esses fenômenos geralmente não são atribuídas à crença religiosa do sujeito, mas a motivações de ordem pessoal ou relacionadas a um transtorno mental, enquanto que, quando essas mesmas situações são provocadas por um muçulmano, a responsabilidade é imediatamente atribuída à religião que ele professa, ao invés de se restringir à sua conduta.

Deduz-se a provável presença de certa manipulação, que vai muito além da simples divulgação de notícias tendenciosas sobre algum fato ou acontecimento violento envolvendo árabes e muçulmanos. É possível distinguir nitidamente a criação de um cenário maniqueísta, com personagens que representam o bem e o

mal. Os muçulmanos seriam supostamente os que estão do lado do “mal”, os “vilões” que adotam a violência cega que imola pessoas inocentes e a ignorância proposital como meios de perpetuar a coesão do grupo, mantendo-o em patamares não tão “civilizados” ou “evoluídos”. Atribui-se a esses grupos a adesão a uma religião com princípios retrógrados e opressivos, que supostamente não se coadunam com o padrão de liberdade pregado no Ocidente e nas religiões judaico-cristãs. Said (2011: 337) retrata esse contexto de modo eloquente, apontando as contradições presentes nas execrações e objeções do Ocidente ao Islam e ao seu modo de vida.

O medo e o terror induzidos pelas imagens desproporcionais do “terrorismo” e do “fundamentalismo” – vamos chamá-las de figuras de um imaginário internacional ou transnacional composto de demônios estrangeiros – aceleram a subordinação do indivíduo às normas dominantes do momento. Isso vale tanto para as novas sociedades pós-coloniais quanto para o Ocidente em geral e os Estados Unidos em particular. Assim, opor-se à anormalidade e ao extremismo embutidos no terrorismo e no fundamentalismo – e meu exemplo aqui nem sequer é muito caricato – significa também defender a moderação, a racionalidade, a centralidade executiva de uma moralidade vagamente designada “ocidental” (ou qualquer outra moral assumida em termos patrióticos ou regionais).

O autor realça que a moralidade construída pelo Ocidente sobre outras nações, coloca o árabe em uma posição de “inimigo” e de “perigo”, fomentando o ódio com relação a esses grupos:

O irônico é que, longe de dotar a moralidade ocidental com a confiança e “normalidade” segura que associamos ao privilégio e à retidão, essa dinâmica “nos” imbuí com uma defensividade e fúria farisaica que acaba vendo os “outros” como inimigos, dispostos a destruir nossa civilização e nosso modo de vida (SAID, 2011: 338).

Matérias midiáticas que retratam guerras e conflitos territoriais em países islâmicos muitas vezes ocultam contextos históricos, coloniais e de violação de soberania que estão na raiz de tais comportamentos ou acontecimentos atuais. A religião islâmica costuma ser retratada como retrógrada, rígida e soturna, que instiga violência e opressão, enquanto se atribui aos seus adeptos imagens de mulheres submissas e subjugadas a homens ignorantes e hostis, que assumem a posição de vilões e mensageiros do Apocalipse, cuja missão de vida é destruir o Ocidente (SAID, 2011; SMAILI, 2015).

Ao longo do tempo, a repetição incessante de tais informações distorcidas acabou solidificando uma imagem negativa permanente do Islam:

Torna-se forte, embora não comece aqui, a visão estereotipada do árabe e do muçulmano [...] As distorções são alimentadas e amplificadas por um desconhecimento profundo do Ocidente sobre o Oriente, sobre seus povos e culturas, o que cria um distanciamento cada vez maior. [...] O Oriente Médio e os árabes passam a ser associados a povos distantes, pouco civilizados, pouco ou nada cultos, em que a maioria das pessoas professa uma religião estranha aos costumes do Ocidente. (SMAILI, 2015: 146)

Os meios de comunicação mais populares ao redor do mundo são dominados por países ocidentais, reforçando vieses e direcionamentos suspeitos em narrativas e edições de matérias jornalísticas. Com isso, instila-se frequentemente a ideia de que o Islam e os muçulmanos, além de serem profundamente diferentes do Ocidente, também constituem séria ameaça para essa região do globo (ALLEN, 2012).

Como bem pontua Resende e Rossignoli (2015: 87), as “narrativas jornalísticas colocam em cena as lutas por hegemonias” e também a “disputa de vozes e dos sentidos”. O monopólio da informação deixou de ser exclusivo das grandes

redes de jornalismo nacional ou das produções cinematográficas a partir do momento em que novos atores começaram a se inserir no ambiente midiático. A partir de então, narrativas simplistas e unilaterais passaram a competir com informações que revelavam cenários mais complexos, onde muitas violências e sofrimentos eram minimizados, invisibilizados ou apagados (RESENDE e PAES, 2011).

Isso ocorreu, por exemplo, durante a invasão dos Estados Unidos da América ao Iraque, em 2003, quando a emissora árabe Al-Jazeera entrou no cenário midiático, que até então era exclusivamente controlado por países do Ocidente. Isso fez com que, pela primeira vez no cenário internacional, uma rede de televisão representando a voz do mundo árabe disputasse o poder da comunicação com mídias hegemônicas de origem europeia ou norte-americana, cujas narrativas eram construídas de forma seletiva e parcial, possibilitando que informações até então ocultadas ou limitadas aos países do Oriente Médio, pudessem também alcançar o mundo ocidental. Assim, a polarização dos discursos também acaba formentando o questionamento sobre o teor e a veracidade das notícias veiculadas na mídia ocidental (RESENDE e PAES, 2011).

Mídia, cultura e a construção de retóricas islamofóbicas

Apesar da hostilidade com relação aos ancestrais do Islam e aos árabes estar enraizada desde as narrativas bíblicas, e ter sido iniciada a partir de disputas étnicas e religiosas, outros fatores envolvidos nesse processo merecem atenção. O orientalismo certamente foi uma das maiores estratégias utilizadas para a construção de uma imagem de ignorância e de inferioridade dos povos árabes e islâmicos quando comparados ao Ocidente (SAID, 2003).

Bazian (2015) explica que hoje, representações islamofóbicas podem se manifestar de duas formas: latente e/ou manifesta. A forma latente entende-se como uma islamofobia “camuflada”, que, no entanto, contribui diretamente para a construção de imagens negativas sobre os muçulmanos por meio das mais diversas produções culturais como filmes, documentários, palestras ou entrevistas realizadas com intelectuais e formadores de opinião, e também através de livros que constroem narrativas onde se associa o Islam a povos bárbaros, à opressão e ao retrocesso. Por outro lado, a islamofobia manifesta se configura de modo mais explícito, podendo ser percebida facilmente a partir de discursos de figuras políticas anti-islâmicas ou também, de forma mais difusa, em redes sociais, através de discursos de ódio racistas e xenofóbicos.

Um estudo realizado por Gomes (2014), tendo como *corpus* de análise reportagens de jornais brasileiros impressos como A Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, destaca como a identificação dos muçulmanos com o fundamentalismo, extremismo, terrorismo é tão frequente e generalizada. O jornalismo brasileiro, assim como as grandes redes internacionais, faz uso de narrativas que, além de associar o Islam e/ou muçulmanos à violência, acabam marginalizando a cultura, valores e costumes dessa população utilizando-se como referência os valores liberais do Ocidente. O uso de uma “padronização” da cultura do outro com base na em uma cultura “hegemônica” ocidental, não só fortalece a dominação histórica e hegemônica do Ocidente sobre religiões e culturas de outros povos, como reafirma a sua posição como o modo de vida ideal a ser seguido pela sociedade.

A construção de discursos midiáticos que partem dessa premissa, de referência ocidental, cria um reducionismo do outro, colocando suas ideias, valores,

crenças, costumes em uma posição secundária que o inferioriza, deslegitima e invalida suas lutas, sobretudo aquelas que se voltam contra o imperialismo ocidental. Essa unilateralidade dos conteúdos jornalísticos que se ampara em narrativas de nações hegemônicas deve-se também às próprias fontes de informação utilizadas pelos noticiários. O uso exclusivo de dados fornecidos por órgãos governamentais americanos ou países europeus, tornam a notícia ainda mais parcial (GOMES, 2014). A busca de fontes não-ocidentais é imprescindível para contrabalançar a parcialidade das notícias ocidentais, tanto para uma maior credibilidade e precisão da notícia, como também, para que os fatos a possam efetivamente ser compreendidos por vários ângulos e perspectivas.

Mídias sociais e o genocídio na Palestina

A posição marginal atribuído ao Islam e aos muçulmanos nos meios de comunicação tradicionais não é muito diferente do que se observa em coberturas de perfis jornalísticos no *Instagram*, *Twitter* (atual *X*), *Facebook* e *Tik Tok*. Há uma rede maciça de seguidores que se utilizaram das redes sociais para propagar discursos de ódio e inflamar situações de guerra, movidos por interesses ideológicos, religiosos, políticos, econômicos ou por outras razões de cunho pessoal, assim como há aqueles que simplesmente são contagiados pela seletividade das notícias, sem um conhecimento profundo dos fatos, sobretudo sob uma perspectiva histórica.

Os desdobramentos do genocídio na Faixa de Gaza desde outubro de 2023, a partir do atentado perpetrado pelo grupo Hamas em Israel, também ilustra esse cenário (OMAIIS *et al.*, 2025). Apesar do contexto geopolítico do conflito, o uso de conteúdos e justificativas religiosas foi um dos instrumentos utilizados para legitimar a guerra juntamente com o argumento da autodefesa. No contexto brasileiro, divisões políticas apoiadas por algumas correntes religiosas utilizaram-se de conteúdos de escrituras sagradas para validar qualquer ato praticado pelo governo israelense, equiparando assim o profano, representado pelo atual governo sionista de Israel, com o sagrado, representado pela nação de Israel descrita nos textos bíblicos do velho testamento (MORI, 2023).

Embora a região seja o berço das três religiões abraâmicas, é de amplo saber que o cerne do conflito são interesses político-econômicos que se mesclam com questões étnicas. A forma como o conflito foi noticiado mostra um sepultamento de todas as agressões históricas, o *apartheid* e as ocupações ilegais realizadas pelo estado de Israel sobre o território palestino. Estudo realizado por Nascimento *et al.* (2023), no mês de outubro de 2023, revelou que a forma como informações foram tendenciosamente disseminadas nas redes sociais direciona a opinião pública. No período pesquisado, foram identificadas mais de 10 milhões de citações relacionadas ao conflito, sendo que 78% tinham um posicionamento pró-Israel. O envolvimento de posicionamentos políticos de esquerda ou direita também se mesclaram com o conflito de modo a potencializar ainda mais discursos de ódio, agressões e a própria islamofobia nas redes sociais. Segundo dados da Associação Nacional dos Juristas Islâmicos, a Anaji, esse cenário e a polarização política e ideológica provocou um aumento de 900% nas notificações de casos de islamofobia no Brasil, afetando sobretudo as mulheres muçulmanas, uma realidade que também afetou comunidades islâmicas de outros países (OMAIIS *et al.*, 2025; ZOHBI, 2024).

Muitos das agressões à comunidade muçulmana foram decorrentes da disse-

minação de discursos de ódio e *fake news* em redes sociais digitais. Os fatos noticiados acabaram criando duas frentes diferentes de combate: uma real, em Gaza, e outra guerra virtual, travada nas trincheiras virtuais das mídias sociais digitais. Uma guerra de palavras semelhante a uma guerra de trincheiras, onde seguidores protegidos pelas telas, e até mesmo por perfis falsos, atiravam palavras e acusações baseadas em um conhecimento de causa totalmente frágil e superficial, alimentado pelo olhar eurocêntrico que domina a mídia mundial. A desumanização do povo palestino e o ocultamento das violências, aflições e mortes vivenciadas diariamente por eles somam-se ao apagamento da legitimidade de sua causa, emoldurada por narrativas tendenciosas que fazem uso abundante e discricionário do termo “terrorismo”, uma palavra que mobiliza forte carga emocional, usada como receita para comover e influenciar a opinião pública internacional.

Constrói-se, assim, um contexto no qual a busca pela verdade é encoberta pelo véu da ideologia e substituída por uma estratégia que visa desgastar a imagem do “inimigo” a partir de instrumentos alinhados às redes de poder interessadas na manutenção do conflito. As narrativas, na verdade, denunciam não apenas o conflito em si, como também enunciam como se configura o jogo de poder.

Essa realidade não é diferente do que se observa no cenário brasileiro, onde o jornalismo se curva aos direcionamentos dados por agências internacionais de notícia. Na realidade, a escolha do “vilão” e do “mocinho” muda conforme o momento e os interesses geopolíticos. Até o ano de 1939, por exemplo, o termo “terrorismo” era atribuído a grupos paramilitares judeus em Israel, em razão do atentado que resultou na morte de 91 britânicos (RESENDE e ROSSIGNOLI, 2015). Contudo, a partir da década de 1940, quando começou a se concretizar a ideia da criação de um estado judeu na região, a narrativa se inverteu, e a palavra “terrorista” passou a ser atribuída aos árabes, e assim continuou até os dias atuais.

O uso dessa estratégia se repetiu em diversos conflitos praticados no Oriente Médio. Estudo recente realizado com base em postagens de redes de notícias australianas no Instagram revelou que as adjetivações utilizadas para representar o conflito Israel-Palestina, recentemente, são muito discrepantes. Enquanto as expressões utilizadas para descrever o ataque do grupo Hamas eram referidas como “atrocidades”, “massacre”, “brutal”, “horrríveis”, “mortais”, “sofrimento”, “sangrento”, entre outros, as dezenas de milhares de mortes de palestinos provocadas pelo exército israelense, em evidente demonstração de uso desproporcional de forças contra a população civil desarmada, não utilizavam a mesma linguagem emocional e as mesmas adjetivações, sendo simplesmente evocadas por termos como “contraofensiva” ou “atividades militares” (CARLAND, 2023).

Coberturas jornalísticas de guerra envolvem emocionalmente telespectadores de forma tão ou mais profunda quanto roteiros cinematográficos. Isso porque a cobertura jornalística, seja em meios digitais ou tradicionais, constroem histórias e representações, que, na maioria das vezes segue um padrão que implícita ou explicitamente indica quem é o “vilão” e quem é o “mocinho”. Não há neutralidade, não há equidade nem mesmo no tempo de exibição das matérias ou no número de postagens nas redes sociais referentes aos dois pólos ligados ao conflito, e isso é perceptível. A falta de objetividade tornou-se uma marca do jornalismo, desde a escolha das cenas do conflito que decidem exibir e do tempo de exibição, até os termos utilizados para caracterizar cada um dos lados.

Propagandas de guerra são estratégias históricas que abraçam as redes midiáticas em uma dimensão significativa, e uma das suas diretivas é construir versões antagônicas do bem e do mal e confundir o espectador ou o seguidor, no caso

das redes. A banalidade das atrocidades cometidas com os palestinos foi banalizada nas mídias digitais, e oculta nas redes televisivas. O uso do eterno pretexto da “autodefesa” tornou-se o grito de guerra oficial para banalizar todo tipo de lesão aos direitos humanos cometidos pelo exército israelense, e foi sob esse anteparo que a mídia construiu ao longo de meses seus discursos diários, comprometendo assim sua própria credibilidade (GONÇALVES e LIMA, 2023).

Segundo o estudo realizado por Gonçalves e Lima (2023), analisando matérias online dos jornais Estadão e Folha de São Paulo, juntamente com três perfis do Instagram especializados em assuntos militares no mês de outubro de 2023, dos 4.687 registros identificados nos jornais da imprensa tradicional e das mídias digitais, apenas 953 mencionavam a palestina. O próprio título das matérias, encabeçado por “guerra entre Israel e Hamas”, encontrado nas mais diversas mídias jornalísticas, corrobora a tentativa insistente de invisibilizar e enterrar o nome da Palestina como território. Guerras são eventos travados entre estados e/ou territórios. Ao inserir o “Hamas” como polo antagônico do conflito, a mídia confere a ele um *status* de “estado” representativo de todo o território palestino, em uma clara tentativa de generalizar a imagem do terrorismo a toda uma população pacífica e desprotegida, além de apagar a legitimidade da Palestina como um ente político.

Vídeos divulgados pela Federação Árabe-Palestina do Brasil (2024), com declarações de representantes e apoiadores do governo israelense justificando a morte de crianças palestinas como uma “necessidade” – ou “efeito colateral” – para evitar que elas cresçam e tornem-se terroristas no futuro foram algumas das evidências explícitas de que a limpeza étnica e apropriação territorial estavam camufladas sob a expressão recorrente e vitimizadora do direito de “autodefesa”. A aceitabilidade de reação militar de apenas um dos lados, somada à imunidade e à legitimidade em reagir de forma ilimitada, mostra um cenário clássico que as forças hegemônicas e o imperialismo concedem direitos exclusivos aos países ocidentais e seus aliados. O terrorismo, termo tão popularizado para se referir a árabes e muçulmanos, jamais é aplicado às atrocidades praticadas por potências ocidentais em guerras no Oriente Médio, o chamado terrorismo de estado. Guerras com intervenções de países do Ocidente geralmente evocam a busca pela “paz”, um paradoxo no qual o argumento do apaziguamento é sustentado justamente por aqueles que lideram o *ranking* de operações militares internacionais.

As famosas *fake news* também inundaram as redes sociais, como a notícia dos 40 bebês supostamente imolados e queimados pelo Hamas, que foi posteriormente desmentida por notas oficiais de jornalistas. A rápida disseminação de notícias falsas nas redes sociais, que também inclui o *WhatsApp*, inflamaram e potencializaram as versões da mídia tradicional. Segundo Gonçalves e Lima (2023), a reprodução de vídeos e fotos nas internet não conta com filtros ou crivos de veracidade, sendo originadas pelos próprios perfis dos administradores das contas. Os autores frisam ainda que a maior parte das pessoas não tem acesso a narrativas confiáveis sobre o massacre de agências não ocidentais ou que representam o outro lado do conflito. O controle da mídia não é algo novo e torna-se cada vez mais notório o protecionismo adotado, que se alinha àqueles que detêm o seu domínio e impõem a narrativa hegemônica.

O sofrimento palestino é ignorado e invisibilizado desde longa data, em conflitos prévios. As plataformas digitais são uma oportunidade de tornar visíveis as cenas, imagens e uma versão da história que a mídia tradicional jamais incluiria em suas coberturas jornalísticas. O que impulsiona e motiva o desejo de muitos explicitarem o sofrimento dos palestinos nas redes sociais, além da dura realidade

vivenciada há décadas por essa população, é a desigualdade em termos de poder e influência com relação ao seu opositor, somadas ao sentimento de exclusão fomentado pelos meios de comunicação que impedem que suas realidades sejam mostradas de forma imparcial e na íntegra. As mídias adotaram o chamado “militarismo digital”, tornando-se uma vitrine das performances militares, um verdadeiro instrumento de guerra que busca legitimizar e dar um tom heróico às ações militares do estado de Israel e minimizar ou banalizar o monopólio do uso da violência, que se expressa em forma de abusos, atrocidades e crimes de guerra que jamais seriam tolerados se fossem praticados em algum país do Ocidente (BALDIN e RAMOS, 2023).

A mídia hegemônica se configura como um território ocupado (GOMES, 2022). As desigualdades entre o norte e o sul global e o domínio hegemônico do ocidente sobre o resto do mundo são notórias também na forma como as notícias são veiculadas. O poderio midiático, seja tradicional ou eletrônico, se concentra nas mesmas mãos daqueles que possuem o poder econômico, tecnológico e militar do mundo ocidental. A falta de delimitações claras dessas fronteiras pode comprometer a segurança e a soberania de diversas nações. As fontes de informação das mídias brasileiras se concentram em agências europeias na França, Alemanha, Inglaterra, Rússia e agências americanas (GONÇALVES e LIMA, 2023). Versões jornalísticas advindas de veículos do mundo árabe, como a *Al Jazeera*, nem sempre são reportadas pelos meios de comunicação nacionais.

Dentro dessa lógica, um conflito que envolve interesses de potências ocidentais construirá seus discursos midiáticos na mesma direção da busca de hegemonia da narrativa, com vieses eurocêntricos nítidos que direcionam o teor das notícias. Nesse ponto, as redes sociais oferecem uma amplitude maior de informação que pode ser obtida de diversas fontes, sem que haja exclusividade desse ou daquele grupo. Ainda que diversas plataformas digitais tentem também controlar a exposição de certos conteúdos (nem sempre de forma coerente) e mesmo que o risco das *fake news* seja elevado nos meios eletrônicos, as redes sociais dão voz a todos, abrindo uma janela para que qualquer indivíduo possa se expressar e mostrar outras versões dos fatos, popularizando a notícia de forma mais democrática e menos elitizada, independentemente da influência política ou do poder econômico (BALDIN e RAMOS, 2023).

Os bastidores da islamofobia

Estudos recentes publicados em países como Estados Unidos e Canadá revelaram a existência de uma rede integrada de pessoas que se dedicam especificamente à demonizar árabes e muçulmanos e a fomentar a islamofobia ao redor do mundo: a indústria islamofóbica. Um relatório publicado nos EUA por Wajihat *et al.* (2011), revela que entre o ano de 2001 e 2009, fundações e organizações anti-islâmicas doaram mais de 40 milhões de dólares para financiar diversos atores sociais que atuam ativamente na propagação de informações deturpadas sobre o Islam, contribuindo assim para a ampliar o processo de desinformação e alimentar o ódio e a hostilidade aos muçulmanos. Dentre as pessoas financiadas por tais instituições, há um grupo de “experts” ou especialistas que geram conteúdos falsos ou distorcidos sobre o Islam que, posteriormente, servem de fonte de referência para sustentar os discursos e a veiculação dessas informações por agente ligados aos meios de comunicação. Tais conteúdos são validados e disseminados por organizações de base norte-americanas, grupos religiosos de direita, parceiros

nas mídias e políticos, deturpando profundamente o Islam e os muçulmanos. Outros atores são as figuras políticas, as quais frequentemente fomentam discursos políticos apresentando o Islam como um perigo para a sociedade. Assim, conteúdos criados pelo grupo de especialistas da rede são usados para respaldar argumentos políticos, e com isso, propor a criação de projetos de leis e políticas públicas que visem proteger a população local dos muçulmanos.

No Canadá também foi publicado uma pesquisa que revelou a existência de uma indústria milionária de islamofobia formada por doadores locais que destinam recursos para influenciadores e outros profissionais fomentarem e disseminarem polêmicas, controvérsias e desinformação sobre o Islam, construindo narrativas assustadoras e teorias de conspiração. Segundo o relatório canadense (ZINE, 2022), essas redes parecem ser exclusivas para a islamofobia, pois não há indicativos de algo semelhante para outros tipos de racismo. Percebe-se assim que a intolerância religiosa contra a população muçulmana não é simplesmente um comportamento aleatório e individual, mas um processo sistêmico, conectado e orquestrado para a propagação do ódio a nível local e mundial. No entanto, apesar das evidências apresentadas por esses estudos, a islamofobia ainda permanece impune e as violências contra os adeptos do Islam ainda não são vistas com o mesmo nível de gravidade como, por exemplo, o antissemitismo, ou outras formas de racismo.

No ano de 2023, diante do genocídio praticado contra os palestinos, empresas, marcas estrangeiras e outras organizações pró-Israel, sobretudo com representações nos EUA e na Europa, foram ainda mais expostas em virtude do boicote econômico incentivado globalmente para enfraquecer o financiamento direto ou indireto do conflito. Houve um amplo noticiamento de ameaças e intimidações indiretas praticadas por instituições e agências pro-Israel contra trabalhadores, acadêmicos e aqueles que apoiassem abertamente o lado contrário, como ocorreu com artistas de Hollywood, como é o caso da atriz Susan Sarandon, que foi dispensada de sua agência após declarar publicamente seu apoio à Palestina. O mesmo propósito de intimidação também foi utilizado de outras formas pela mídia estadunidense por meio de uma estratégia um tanto maliciosa, que, além de manter as narrativas pró-Israel, também invertia o discurso da parte contrária, acusando de antissemitismo aqueles que fizessem críticas abertas ao estado de Israel (HORTON, 2023). Houve assim uma tentativa de ampliar o conceito de antissemitismo, um preconceito racial e religioso contra o povo judeu, para uma interpretação que abarcasse e protegesse também o estado de Israel como ente político, uma espécie de “censura” e intimidação direcionada a qualquer pessoa que condenasse os atos discricionários de seu governo.

Alianças políticas bem conhecidas, como Estados Unidos e Israel, juntamente com interesses geopolíticos e econômicos, tornaram-se uma das grandes bases para a disseminação de discursos islamofóbicos. O exemplo mais popular desse fenômeno é o termo “terrorismo”, uma palavra que foi usada com o passar dos anos de forma tão maciça por meios de comunicação para denominar grupos islâmicos, que acabou despertando desconfiança. Utilizado de forma indiscriminada e repetida ao longo de décadas, o rótulo do “terrorista” acabou sendo automaticamente associado a pessoas de origem árabe e adeptos do Islam. No entanto, o uso muitas vezes abusivo e tendencioso do termo nos meios de comunicação não explica ao público que a definição e classificação de grupos terroristas pelos EUA e União Europeia nem sempre se coadunam com a opinião de outros países integrantes da ONU. Sendo assim, nem todos os grupos chamados “terro-

ristas” pela mídia hegemônica o eram de fato, mas apenas alguns. Ou seja, os únicos países que classificam grupos islâmicos como terroristas são exatamente os mesmos que apoiaram a invasão de seus territórios, e também os mesmos que enviaram suas tropas para intervir em conflitos do Oriente Médio: EUA e a União Europeia (SULTANA, 2023). Diante disso, a indagação que emerge é: qual o grau de confiabilidade de uma classificação direcionada a tantos grupos árabes e/ou islâmicos, construída e validada somente por um grupo seletivo de países exclusivamente ocidentais, cujos interesses geopolíticos nessas regiões já são publicamente conhecidos?

Terrorismo é um termo pejorativo que, além de condenar grupos geralmente de uma determinada identidade étnica e religiosa, também favorece a generalização do seu sentido a toda essa população. A palavra “terrorista” ou “grupos terroristas” ainda contribui para uma deslegitimação de suas lutas contra a opressão e interesses das grandes potências. Primeiramente, é preciso destacar que sim, existem organizações terroristas reconhecidas mundialmente, cujas maiores vítimas são muitas vezes os próprios muçulmanos, e por isso é importante se atentar a alguns dados interessantes. A *Al Qaeda*, por exemplo, segundo Wajahat *et al.* (2011), já chegou a matar oito vezes mais muçulmanos do que não muçulmanos. Zine (2022:52) também problematiza a generalização do termo terrorismo e sua extensão a todo e qualquer movimento social presente em países islâmicos:

Movimentos jihadistas violentos como a Al-Qaeda ou o Daesh (também conhecido como Estado Islâmico do Iraque e al-Sham [ISIS]) são uma minoria no espectro do islamismo (HAMID e ABBAS 2019). Embora estes grupos utilizem meios destrutivos para atingir os seus objetivos e devam ser justamente condenados, a maioria dos movimentos islâmicos não são violentos e centram-se no desenvolvimento comunitário e social através do envolvimento político e social. Classificar todos os grupos islâmicos como violentos, pré-modernos e irracionais reduz um amplo espectro político às manifestações mais extremas.

No entanto, com o passar do tempo o terrorismo tornou-se um termo utilizado indiscriminadamente e com uma lógica intencional muito clara, como explica Zine (2022: 72):

Em 2006, o ex-presidente dos EUA, George Bush, popularizou o termo em referência às redes terroristas do Médio Oriente, ampliando assim as referências que lhe estão associadas e imprimindo ainda mais uma ligação entre o Islã e o terrorismo no imaginário público e no discurso político.

A construção de discursos que pregam a “luta contra o terrorismo” torna mais fácil a aceitação da população em relação à necessidade de intervenções ou guerras locais, através do argumento da luta do “bem contra o mal”. A partir disso, o ciclo do orientalismo se renova e se retroalimenta à medida que povos árabes são, de tempos em tempos, rotulados como maus, bárbaros, opressores e violentos, e as nações ocidentais, o lado do “bem”, como os pacificadores, os únicos com legitimidade real para invadir e destruir territórios sem, porém, carregar a mesma conotação de violência dada ao “inimigo”, mas por meio de representações mais “mitigadas” que reforçam o nobre objetivo de trazer a “paz”. Acrescenta-se ainda que, apesar de que nem todos os grupos nomeados como “radicais”, “rebeldes”, “extremistas”, “fundamentalistas” ou “terroristas” pela mídia realmente o serem, tal estratégia precisa ser mantida pela política estadunidense, uma vez que, ao fomentar o uso frequente dessa nomenclatura, o “perigo” e a “ameaça” representada por tais movimentos à segurança da população e à democracia tornam-se justificativas ideais para combatê-los e condenar suas pretensões, ainda que legítimas. A ameaça à paz e à democracia sempre foram ferramentas de manipulação

política utilizadas ao longo da história para rotular e condenar grupos ou movimentos de oposição, uma estratégia cujo objetivo principal é enfraquecer a legitimidade de certas lutas (SULTANA, 2023).

Seria o Islam uma ameaça permanente ao Ocidente?

Embora o debate sobre o “choque de civilizações” tenha privilegiado aspectos políticos e econômicos, é indispensável compreender como os processos de secularização moldaram as relações entre religião, Estado e sociedade nos contextos islâmicos. Gellner (1983) argumenta que o Islam, diferentemente do cristianismo ocidental, desenvolveu-se como uma religião que nunca separou radicalmente o sagrado do profano, sustentando uma estrutura social que integra ética religiosa e vida pública. Essa característica fez com que o Islam fosse percebido, a partir da ótica ocidental, como resistente à secularização, o que reforçou a ideia de um suposto antagonismo entre “Islam” e “modernidade”.

Lewis (1990) contribuiu para cristalizar esse imaginário, ao defender a incompatibilidade entre Islam e democracia, tese amplamente criticada por sua simplificação e viés orientalista. No entanto, como demonstra Watenpaugh (2006), a modernidade no Oriente Médio não pode ser compreendida como ausência de secularização, mas como uma série de processos plurais e contextuais, marcados por reformas educacionais, jurídicas e culturais que redefiniram as fronteiras entre religião e Estado. Assim, a percepção ocidental de um “Islam atemporal e teocrático” ignora a historicidade dessas transformações. Incorporar essa dimensão permite compreender que as representações midiáticas que associam o Islam a uma ameaça civilizacional não apenas reproduzem estereótipos, mas também refletem uma incompreensão histórica sobre as múltiplas formas de modernidade e secularização existentes nas sociedades muçulmanas.

O ciclo de rápida expansão do Islam é visto por alguns como ameaça diversos interesses do Ocidente, sobretudo geopolíticos e econômicos, e isso não se restringe apenas à importação de petróleo, gás ou outras matérias-primas. Não é sem razão que a ameaça econômica se constitui como uma das maiores motivações dessa aversão, porém, para entender essa lógica, é preciso ter uma breve noção sobre os princípios da economia islâmica e o comportamento do consumidor – no caso, os muçulmanos, uma vez que muitos princípios da religião islâmica esbarram nos valores e interesses ocidentais. A espiritualidade islâmica não se limita ao âmbito da crença, mas se funde a diversos aspectos da vida secular. Além das práticas espirituais, o Islam também regula a atividade econômica (ISWANTO, MULYANI e QADAR, 2021). O comportamento do muçulmano se inclui entre os atos de adoração no Islam, do mesmo modo que os rituais religiosos, logo, tais preceitos influenciam diretamente suas escolhas, suas condutas, negócios, investimentos e as relações de consumo de modo geral.

Existe, desse modo, um contraste entre o propósito da economia tradicional, cujo intuito é a obtenção da prosperidade econômica, o consumo material e o utilitarismo máximo, e a economia islâmica, cujo foco é a prosperidade espiritual a qual, embora também somada à prosperidade material, é construída a partir de preceitos que buscam integrar a razão humana aos princípios religiosos (ISWANTO *et al.*, 2021; KAHF 1980). Ambos os sistemas podem ser guiados por princípios morais, porém, com a diferença de que, na economia tradicional, a fonte desses valores morais é o utilitarismo, que é também o objetivo final do consumo, enquanto o sistema islâmico usa como base as fontes religiosas, uma vez que o propósito final é agradar a Deus (KAHF, 1980). Enquanto na economia

tradicional o consumo ocorre de acordo com o nível de satisfação individual, na visão islâmica ele é regulado por regras e critérios espirituais, que muitas vezes se sobrepõem às vontades individuais (ISWANTO *et al.*, 2021).

As prescrições religiosas influenciam e direcionam as escolhas dos muçulmanos, algo que para os padrões ocidentais seria inconcebível, uma vez que, no mundo capitalista, especialmente no modelo neoliberal em vigor, não deve haver nenhuma restrição à liberdade individual, já que isso limitaria a realização de possíveis ganhos econômicos, o que contraria os interesses da economia de mercado. O valor atrelado à palavra liberdade na perspectiva ocidental nem sempre é coerente com os objetivos declarados e que supostamente seus defensores se propõem alcançar, e nisso se incluem os interesses econômicos que movem o sistema capitalista de produção. É justamente em razão da liberdade irrestrita do sistema tradicional que alguns setores econômicos enriquecem às custas de atividades que acarretam prejuízos e desequilíbrios no conjunto da sociedade, portanto, em franca oposição ao bem comum (ISWANTO *et al.*, 2021; KAHF, 1980; MUSTAFAR e BORHAN, 2013).

O próprio conceito de sucesso no Ocidente difere do significado que a palavra tem para um muçulmano. Na visão capitalista, o sucesso está associado à prosperidade econômica, enquanto no Islam o progresso material só é considerado exitoso se for alcançado sob os auspícios dos princípios morais e religiosos. A harmonização dos objetivos materiais com os propósitos espirituais islâmicos, segundo Kahf (1980), promoveria a maximização do sucesso econômico, na medida em que supre os desejos materiais do sujeito respeitando os princípios espirituais.

O Islam não condena o enriquecimento nem o consumo material de bens que sejam da estrita vontade do ser humano, desde que obtidos de maneira lícita. Logo, não há censura moral ao crescimento econômico, porém, o que se exige é que a busca da prosperidade ocorra dentro dos limites predeterminados pela religião e que uma parte dos lucros seja revertida para a caridade obrigatória aos pobres, o *zakat*. Segundo os princípios da economia islâmica, a caridade possui um papel tanto social como econômico, pois, ao distribuir a renda aos menos favorecidos, o dinheiro também retornará ao mercado, uma vez que todos precisam consumir para sua sobrevivência. Esse é o chamado fluxo de mercado, um sistema que estimula a circulação de recursos por todos os setores sociais, reintroduzindo ao circuito econômico a riqueza que permanecia retida, acumulada e inutilizada nas mãos daqueles que visam somente o enriquecimento próprio (KAHF, 1980).

Os princípios espirituais, éticos, morais e sociais que regulam a economia islâmica se baseiam em critérios tais como a observância das regras religiosas, que incluem as permissões e proibições, a priorização das necessidades, a prática da moderação, o consumo de qualidade e o equilíbrio entre aquilo que é benéfico ao indivíduo e o que é benéfico ou que não prejudique a sociedade (MUSTAFAR e BORHAN, 2013). A doutrina islâmica prescreve algumas proibições que, se aplicadas de forma universal, afetariam fortemente alguns dos setores mais poderosos da indústria mundial. A proibição da prática de jogos de azar de todos os tipos, do consumo de carne suína e bebidas alcóolicas, bem como da exploração dos juros são apenas alguns exemplos de proibições islâmicas que visam coibir a exploração econômica de atividades que afetem negativamente a saúde ou resultem em vícios, endividamento ou prejuízos ao indivíduo e à sociedade.

A proibição da usura no Islam é uma grande ameaça a interesses econômicos no Ocidente também uma vez que grande parte do poder financeiro de bancos e seguradoras ao redor do mundo se sustenta em razão da exploração dos juros. O

crescimento do contingente de muçulmanos, sobretudo no Ocidente, impactaria drasticamente o sistema de mercado financeiro vigente nestes países. Não é por acaso que os países que mais contribuíram para a construção da imagem negativa do Islam e dos muçulmanos são os que mais se utilizam e se enriquecem às custas deste modelo econômico, e talvez sejam os que mais sentirão os prejuízos, uma vez que os bancos islâmicos se encontram em crescente expansão, estando presentes atualmente em mais de 80 países do mundo, incluindo o próprio Ocidente (DOMAT, 2020).

As vedações no Islam se aplicam tanto ao objeto propriamente dito como a todas as atividades indiretas ligadas a ele, como publicidade, vendas, doações, aquisições, transporte e os diversos tipos de serviços intermediários (ISWANTO *et al.*, 2021; KAHF, 1980), e isso afetaria o interesse de muitos grupos. Atividades econômicas proibidas pelo Islam, tais como a indústria da jogatina, seja física ou virtual, bem como a indústria de bebidas alcoólicas, que obtêm lucros exorbitantes, também teriam sérios prejuízos com a possibilidade de uma redução do número de usuários, além de uma substancial desvalorização das ações de suas empresas no mercado. Ainda que muitos muçulmanos não sigam à risca os mandamentos do Alcorão, uma fatia considerável de potenciais consumidores pode ser perdida à medida que novos adeptos aderem ao estilo de vida islâmico.

Obviamente, os interesses econômicos também se ligam a interesses geopolíticos em função da riqueza de fontes energéticas existentes nos países islâmicos, como petróleo, gás natural e minérios, e que muitas vezes serviram como pretexto para a invasão e dominação de alguns países.

A visão de que este mesmo Oriente, em particular os países árabes eram os responsáveis pelo terror e por ações de violência passa a ser a visão mais disseminada no mundo globalizado. Em pouco tempo a visão de que os países do Oriente Médio abrigam a ignorância e o ódio foi transmitida e espalhada, o que justificaria que eles fossem indiscriminadamente ocupados e dominados. [...] A matriz energética do mundo foi constituída e baseada na extração e utilização de recursos naturais não renováveis, em especial o petróleo e o gás natural, cujas maiores fontes estão exatamente no Oriente Médio. Portanto, é preciso considerar o interesse dos países mais dependentes destes recursos e a necessidade de dominar os países produtores, o que se coaduna com a escalada crescente de conflitos do Ocidente com o Oriente. (SMAILI, 2015: 146)

A esse cenário somam-se ainda os interesses econômicos relacionados aos sítios históricos, uma vez que muitos países árabes foram o berço de grandes civilizações, que hoje têm grande valor econômico além do significado histórico, e que movimentam a indústria do turismo. A combinação desses elementos forma uma teia econômica e geopolítica interligada, mostrando que a complexidade de assuntos que envolvem a aversão ocidental ao Islam vai muito além das disputas religiosas e da cruzada pelos direitos humanos.

Parece existir uma relação cristalizada de oposição entre secularismo e religião no Ocidente, diferentemente do que ocorre na crença islâmica, na qual religião, política e vida cotidiana são elementos indissociáveis que fazem parte de um único conjunto. Esposito (2002) afirma que a resistência de muçulmanos ao secularismo se deu pela forma rígida com que essa separação se materializou no Ocidente e pelo medo das restrições ao direito fundamental à livre expressão e manifestação religiosa. Gellner (1983) argumenta que o Islam se constituiu historicamente como uma forma de organização social resistente aos processos de secularização promovidos pelo Ocidente, mantendo sua coesão através da integração entre religião, moral e vida pública.

Lewis (1990), por sua vez, pontua que o conflito estrutural entre o Islam e o Ocidente deriva dos resultados históricos de governos ocidentais “seculares” que,

a despeito do desenvolvimento socioeconômico, deixaram marcas trágicas na civilização como a pobreza, governos tiranos, guerras, genocídios e outras crises que perduram até a atualidade. Tal contexto, também negativo, leva o autor a concluir que tanto o Ocidente como o Oriente precisam compreender e respeitar mutuamente seus diferentes sistemas culturais, religiosos e políticos. Por muito tempo, o pensamento moderno ocidental construiu o “Islam” como alteridade, associando-o à tradição, ao irracional e ao atraso, à medida que mantinha o Ocidente na posição de “modelo” de civilização livre, pacífica e democrática. No entanto, estudos mais recentes, como o de Watenpaugh (2006), demonstram que a modernidade no Oriente Médio foi vivida de formas plurais, e que os processos de secularização e reforma foram incorporados de maneira situada, em diálogo com contextos históricos e culturais específicos.

Nota-se na verdade, uma exaltação de contextos negativos combinada com a invisibilização das contribuições dos muçulmanos, por meio de um notável apagamento da herança deixada pela civilização islâmica no passado. Ao contrário do que ocorre no cenário atual, e do que ocorreu durante a Idade Média, os muçulmanos carregam um legado histórico de grandes impérios e avanços científicos e tecnológicos, nos quais não foi necessária a “rejeição” da religião de outros povos e credos para que houvesse uma convivência pacífica entre eles. Pelo contrário, a história registra que houve um empenho significativo dos muçulmanos em criar leis que garantisse a proteção, acolhimento e integração harmoniosa entre os diferentes povos:

por conta da expansão territorial e por assimilarem prontamente outros saberes, realizam um grande processo de intercâmbios entre as diversas culturas. Tornam-se não só os grandes propagadores, mas os grandes catalisadores das transformações científicas que se seguiram aos anos de obscurantismo na Europa. [...] A coexistência do período islâmico na Europa atinge o seu auge com a constituição do Al Andalus, onde árabes, judeus e cristãos convivem, trocam tradições e acolhem mutuamente suas culturas, desenvolvendo o conceito de acolhimento, hospitalidade, cuidados com a saúde, bem-estar e apreço pela sabedoria. (SMAILI, 2015: 148)

Sonn (2011) também atesta que a liberdade religiosa foi uma das marcas de governos islâmicos e um exemplo dado pelo profeta do Islam para combater o tribalismo, enfatizando que “os ensinamentos do Corão sobre liberdade religiosa eram na verdade um retorno ao ideal abraçado por Jesus. Constituíam uma reafirmação da independência da identidade religiosa e étnica. Essa ética foi institucionalizada na Constituição de Medina, quando o profeta Mohamad incluiu judeus e muçulmanos na mesma comunidade política; mais uma vez reforçando a luta contra o tribalismo” (SONN, 2011: 55).

Ao considerar essas leituras, o presente estudo se propôs a compreender as representações midiáticas sobre o Islam no Brasil como um prolongamento de narrativas globais, nas quais o discurso da secularidade e da modernidade ocidental ainda orienta a produção de sentidos sobre a religião e seus fiéis. Embora autores como Paulo Hilu (2018) discordem de um conceito único de orientalismo focado em características universais de árabes e muçulmanos em virtude do fluxo migratório plural e diverso desses povos nas últimas décadas, é inegável que alguns estereótipos e representações negativas ainda persistem no imaginário da população, uma vez que as produções midiáticas no Brasil também atuam como instrumentos de poder da mídia hegemônica e dos diversos atores que fomentam a manutenção dessas narrativas enviesadas.

Considerações finais

Este estudo analisou os efeitos das representações midiáticas negativas sobre árabes e muçulmanos e a falta de uma análise crítica capaz de captar as influências socioculturais, tensões geopolíticas, interesses econômicos e outros atores envolvidos na perpetuação de distorções sobre essa população. Constatou-se que é notório o apagamento sistemático das contribuições milenares dos povos muçulmanos à cultura ocidental. Além da negação dos impactos e o desrespeito ao passado, nota-se uma insistência em interpretar práticas e regras islâmicas a partir do contexto social, histórico, político e econômico do Ocidente, bem como dos valores ocidentais. Como resultado, são produzidas e disseminadas narrativas enviesadas, que se utilizam de uma perspectiva analítica parcial, provocativa e superficial para enquadrar e estigmatizar o Islam e os muçulmanos, o que cria um caldo de cultura propício para a propagação de preconceitos, discriminação, segregação, atos hostis e violências de todos os tipos.

A repetida disseminação de representações negativas sobre esse grupo, pela mídia, construiu um cenário parcial que oculta a manipulação midiática bem como os diversos atores envolvidos nesse processo. São informações que refletem um *status quo* que oculta os diversos interesses que sustentam essa construção reducionista e negativa sobre o Islam e os muçulmanos, reforçando o cenário adverso ao longo de gerações. As mídias digitais, por um lado, acompanham as grandes redes que detém o monopólio político da comunicação, mas ao mesmo tempo também abrem espaço para outras vozes, de modo que versões alternativas dos fatos estejam ao alcance da sociedade. A ciência também não está imune aos erros e distorções que se fazem presentes em suas fontes. A desconstrução de saberes equivocados adquiridos ao longo da vida é uma tarefa que exige arrojo e flexibilidade.

Grande parte dos estereótipos construídos sobre os muçulmanos é consequência de conteúdos deturpados, incompletos e não raro sensacionalistas. Partindo dessa contextualização, é possível imaginar o impacto psíquico e social que pode incidir sobre esses grupos, que de alguma forma se sentem pressionados pela sociedade e pela mídia a se adaptarem aos costumes locais, ou se sentem censurados por expressarem crenças e modos de vida que muitas vezes se chocam com o padrão secular e ocidental, dificultando ainda mais o estabelecimento de laços de solidariedade e vínculos sociais colaborativos.

Recebido em 18 de junho de 2025.

Aprovado em 10 de dezembro de 2025.

Referências

- ALLEN, Chris. *A review of the evidence relating to the representation of Muslims and Islam in the British Media. Written Evidence Submitted to the All Party Parliamentary Group on Islamophobia*. University of Birmingham: Institute of Applied Social Studies/School of Social Policy, 2012.
- AZAM, Md. Siddique E.; ABDULLAH, M. A. Global Halal industry: Realities and opportunities. *International Journal of Islamic Business Ethics*, 5 (1): 47-59, 2020.
- BALDIN, V. P.; RAMOS, D. O. A emergência do digital no conflito palestino-israelense e a linha do tempo das estratégias político-comunicativas. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 12 (1): 170: 89, 2023.
- BAZIAN, H. The islamophobia industry and the demonization of Palestine: Implications for American studies. *American Quarterly*, 67 (4): 1057-66, 2015.
- BUCAILLE, Maurice. *A Bíblia, o Alcorão e a Ciência*. São Bernardo do Campo: Ed. Makkah, 2012.
- BURGAT, François. *Face to face with political Islam*. London: I.B.Tauris, 2003.
- CARLAND, Susan. A war of words: preliminary media analysis of the 2023 Israel-Gaza war”. *Islamophobia Register Australia*, 1 (1): 1-25, 2021.
- DE PAIVA, G. J. Psicologia acadêmica da religião no Brasil: história, resultados e perspectivas. *Revista Pistis Praxis*, 9 (1): 31-48, 2017.
- DOMAT, C. Islamic Finance: just for Muslim-majority nations? *Global Finance Magazine*, 2020.
- ESPOSITO, John. *What everyone needs to know about Islam*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- FEPAL. Terroristas de hoje são as crianças que mantivemos vivas na guerra anterior. *Instagram*, 2024.
- GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.
- GOMES, I. A cobertura jornalística do Islamismo: narrativas marginalizadas e moralizantes. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 37 (1): 71-89, 2014.
- GOMES, J. T. D. Ocupação e militarização das mídias sociais no contexto do conflito israelo-palestino. *REI: Revista de Estudos Internacionais*, 13 (1): 63-81, 2022.
- GONÇALVES, I. A.; LIMA, M. A. S. Horror as a spectacle: an analysis of the conflict between Hamas and Israel in 2023. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, 4 (6): 26-46, 2023.
- HORTON, Adrian. “Susan Sarandon dropped by talent agency after remarks at pro-Palestine rally”, 2023.
- ISWANTO, P.; YANI M.; HUSNA L. Q. Consumer behavior in the perspective of conventional economics and Islamic economy. *Syari’ah Economics*, 5 (2): 57-66, 2021.

KAHF, Monzer. A contribution to the theory of consumer behavior in an Islamic economy". In: KHURSHID, Ahmad (org.). *Studies in Islamic Economics*. Jeddah: International Centre for Research in Islamic Economics King Abdul Aziz, 1980. pp. 19-36.

KEPEL, Gilles. Jihad: The trail of political Islam. London, I.B. Tauris, 2003.
LEWIS, B. The roots of Muslim rage. *The Atlantic*, 1 (sept.): 47-60, 1990.

MARQUES, V. L. M. Islã: práticas religiosas e culturais. *Horizonte* 13(38):733-749, 2015.

MONTENEGRO, S. M. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil. *Mana*, 8 (1): 63-91, 2002.

MORI, Letícia. Por que tantos evangélicos defendem Israel? *BBC News Brasil*, 2023.

MUSLIM POPULATION BY COUNTRY. *World population review*. s/d.

NASCIMENTO, C.; MUNARETTI, R., BARRETO, M.; CARVALHO, T. Mídias sociais e o seus impactos para os brasileiros sobre a guerra entre Israel e a Palestina. *Semana da Diversidade Humana*, 8 (1), 2023.

OMAIS, S.; SANTOS, M. A. O protagonismo da mídia na construção de estereótipos sobre árabes e muçulmanos. *REVER: Revista de Estudos da Religião*, 24 (3): 321-37, 2024.

OMAIS, S.; SAMMOUR, G. M.; SANTOS, M. A. Direitos humanos para quem? Reflexões sobre o genocídio na Palestina e o *modus operandi* do imperialismo colonialista em relação a árabes e muçulmanos. *Revista Caminhos: Revista de Ciências da Religião*, 23 (2): e14936, 2025.

OMAIS, S.; SANTOS, M. A. "Allah significa Deus": uma proposta de desconstrução de estereótipos sociais e midiáticos acerca do Islã, do Alcorão e dos muçulmanos. *Reflexão*, 50: e2514748, 2025.

RESENDE, F. A.; ROSSIGNOLI, L. O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). *Galáxia*, 30: 86-98, 2015.

ROY, O. *The failure of political Islam*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

RESENDE, F. A.; PAES, A. B. The Arab conflicts and the media discourse: a Brazilian perspective. *Global Media and Communication*, 7: 215-219, 2011.

SAID, Edward Wadie. *Covering Islam*. New York: Vintage, 1997.

SAID, Edward Wadie. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

SAID, Edward Wadie. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SMAILI, S. S. Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: Enlaces entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã. *Psicologia USP*, 26 (2): 145-51, 2015.

SONN, T. Islamic fundamentalism and political Islam. *History Compass*, 4: 181-5, 2006.

SONN, Tamara. *Uma breve história do Islã*. Maria Helena R. R. de Souza, Trad.. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SULTANA, Fariha. “Legitimizing Hamas: A rejection of US ideals about terrorism”. *Undergraduate Research Scholars Program*, 2023.

WAJAHAT, A.; CLIFTON, E.; DUSS, M.; FANG, L.; KEYES, S.; SHAKIR, F. Fear, Inc.: The roots of the Islamophobia network in America. Washington: Center for American Progress, 2011.

WATENPAUGH, Keith David. *Being modern in the middle east: revolution, nationalism, colonialism, and the arab middle class*. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

PINTO, P. G. H. da R. El Islam en Brasil: elementos para una antropología histórica. *Istor: Revista de Historia Internacional*, 45: 3-21, 2011.

PINTO, P. G. H. da R. “Islã em números: os muçulmanos no Censo Demográfico de 2010”. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.

PINTO, P. G. H. da R. Labirinto de espelhos: orientalismos, imigração e discursos sobre a nação no Brasil. *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos*, 21: 47-57, 2016.

PINTO, P. G. H. da R. Primos e patrícios: intimidade cultural e representações na construção da etnicidade árabe/sírio-libanesa no Rio de Janeiro. *Confluenze*, 10: 60-83, 2018.

ZAID, M.; MOHD, J. B. Muslim consumer behavior: emphasis on ethics from Islamic perspective. *Middle-East Journal of Scientific Research*, 18(9): 1301-7, 2013.

ZINE, Jasmin. “The Canadian Islamofobia Industry: mapping Islamophobia’s ecosystem in the great white north”. In: *Islamophobia Research & Documentation Project and Islamophobia Studies Center*. Berkeley: California, 2022. pp. 1-127.

ZOHBI, Ali. “Um mal chamado islamofobia”. *Jornal Gazeta do Povo*, 15 de março de 2024.

VOLUME 14
NÚMERO 34
(JAN./ABR.2027)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

CIDADES EM DISPUTA:
GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE
E OUTRAS DIFERENÇAS
NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO

COORDENADORXS:

DR. DR. GUILHERME R. PASSAMANI (UFMS)
DR. DR. RAMON PEREIRA DOS REIS (UEPA)

Os processos de produção das cidades em relação às sexualidades têm enfatizado ao longo da história a importância das noções de território e territorialidade para a compreensão de como são constituídos os espaços urbanos, os sujeitos e suas relações. Além de indicar que tais processos de produção cidadina correspondem a marcações sociais heterogêneas, é importante ressaltar que todo esse movimento compreendido pelas dinâmicas sociais locais e a ocupação de territórios, dispostos entre “periferias” e “centros”, perfaz mobilidades e/ou zonas fronteiriças que nos possibilitam problematizar os manejos, burlas e agenciamentos feitos em torno da produção social das diferenças, bem como seus impactos a partir da articulação com as temáticas de gênero, sexualidade e raça. Nesse sentido, imaginar a produção de sexualidades em diferentes escalas é um ponto constituinte dos três eixos que norteiam o dossiê: as espacialidades, mobilidades e territorialidades. O objetivo é aproximar os debates sobre cidades, gênero, sexualidades e raça na tentativa de promover aproximações teóricas e empíricas que nos auxiliem a refletir e questionar estatutos citadinos em relação à produção de diferenças e desigualdades, tendo como ponto de partida a seguinte questão: de que forma podemos escrutinar urbanidades/citadinidades a ponto de fazer com que tais estruturas não sejam meros arquétipos geográficos/cartográficos, mas que internalizem e externalizem ações concretas de pertencimento e uso democrático do espaço público?

34

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso